



ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO 2024

A Transparência Internacional é um movimento global com uma visão: um mundo em que governos, empresas, a sociedade e as vidas diárias das pessoas estejam livres da corrupção. Com mais de 100 capítulos no mundo todo e um Secretariado internacional em Berlim, lideramos a luta contra a corrupção para fazer com que essa visão se torne realidade.

#cpi2024

www.transparenciainternacional.org.br/ipc

Capa: Aleksandar Savić.

Todos os esforços foram empenhados para verificar a exatidão das informações contidas neste relatório. Acredita-se que todas as informações estavam corretas em fevereiro de 2025. Contudo, a Transparência Internacional não se responsabiliza pelas consequências do uso dessas informações para outros fins ou em outros contextos.

ISBN: 978-3-96076-266-9

Transparência Internacional 2025. Exceto se apontado de outra forma, este trabalho está sob licença CC BY-ND 4.0 DE. Citações são permitidas. Favor entrar em contato com a Transparência Internacional – copyright@transparency.org – para tratar de pedidos para usar o relatório.



ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO 2024

ÍNDICE

4-5

Mapa e resultados

6-7

Sumário executivo

8

Recomendações

9-10

Destaques globais

11-16

**Corrupção e Crise
Climática**

1. Influência indevida em políticas e decisões relativas ao clima
2. Desvios e uso impróprio de verbas climáticas
3. Proteção ambiental precária
4. Ameaças a ativistas

17

Análises regionais

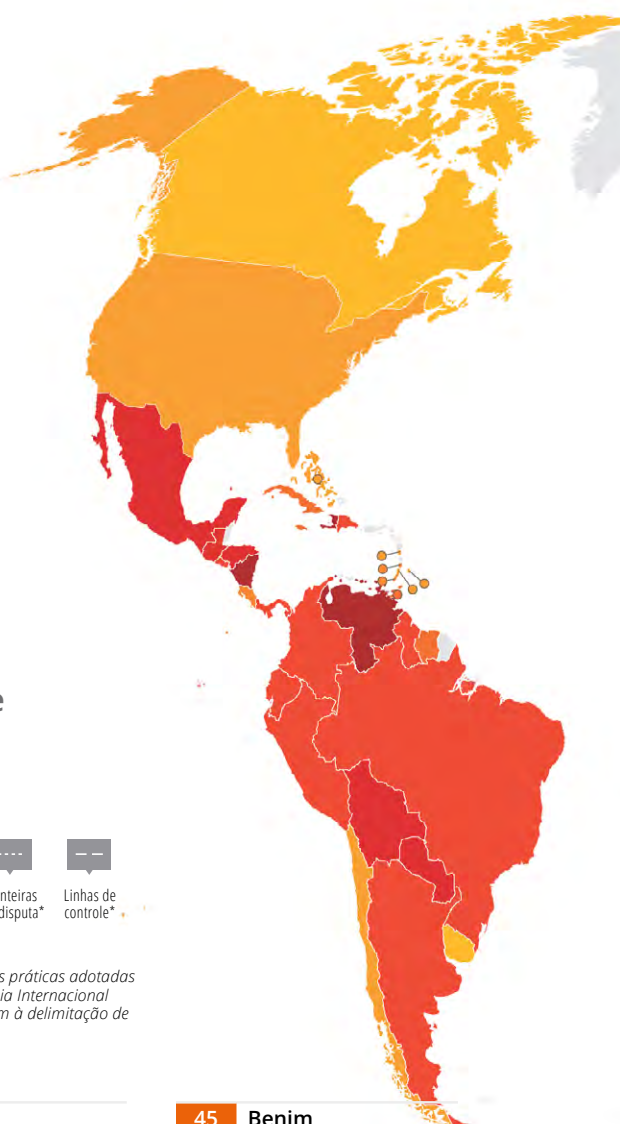
18

Metodologia

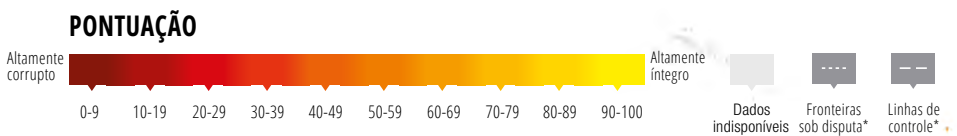
19

Notas Finais

180 PAÍSES 180 PONTUAÇÕES COMO SE SAIU O SEU PAÍS?



Níveis de percepção da corrupção no setor público de 180 países/territórios em todo o mundo.



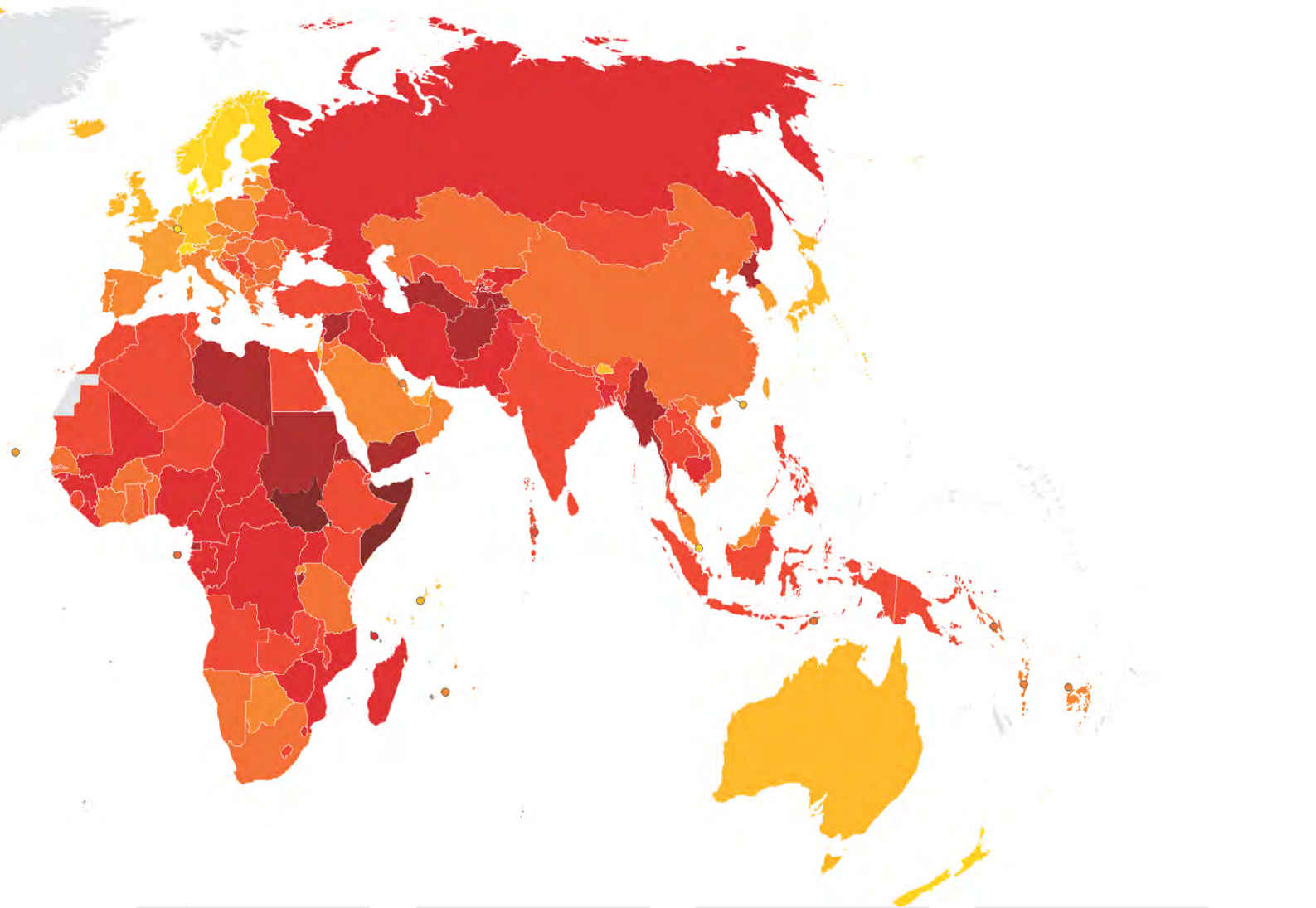
*As designações usadas e a apresentação do material neste mapa seguem, tanto quanto é do nosso conhecimento, as práticas adotadas pela ONU em janeiro de 2025. Desse modo, não configuram expressão de qualquer opinião por parte da Transparência Internacional referente ao status jurídico de um determinado país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades pertinentes, nem à delimitação de seus limites ou fronteiras.

PONTUAÇÃO	PAÍS/TERRITÓRIO
90	Dinamarca
88	Finlândia
84	Cingapura
83	Nova Zelândia
81	Luxemburgo
81	Noruega
81	Suíça
80	Suécia
78	Holanda
77	Austrália
77	Islândia
77	Irlanda
76	Estônia
76	Uruguai
75	Canadá
75	Alemanha
74	Hong Kong
72	Butão
72	Seicheles
71	Japão
71	Reino Unido
69	Bélgica
68	Barbados

68	Emirados Árabes Unidos
67	Áustria
67	França
67	Taiwan
65	Bahamas
65	Estados Unidos da América
64	Israel
64	Coreia do Sul
63	Chile
63	Lituânia
63	São Vicente e Granadinas
62	Cabo Verde
60	Dominica
60	Eslovênia
59	Letônia
59	Catar
59	Santa Lúcia
59	Arábia Saudita
58	Costa Rica
57	Botsuana
57	Portugal

57	Ruanda
56	Chipre
56	República Tcheca
56	Granada
56	Espanha
55	Fiji
55	Omã
54	Itália
53	Bahreim
53	Geórgia
53	Polônia
51	Maurício
50	Malásia
50	Vanuatu
49	Grécia
49	Jordânia
49	Namíbia
49	Eslováquia
47	Armênia
47	Croácia
46	Kuwait
46	Malta
46	Montenegro
46	Romênia

45	Benim
45	Costa do Marfim
45	São Tomé e Príncipe
45	Senegal
44	Jamaica
44	Kosovo
44	Timor-Leste
43	Bulgária
43	China
43	Moldávia
43	Ilhas Salomão
42	Albânia
42	Gana
41	Burkina Faso
41	Cuba
41	Hungria
41	África do Sul
41	Tanzânia
41	Trindade e Tobago
40	Cazaquistão
40	Macedônia do Norte
40	Suriname



40	Vietnã	33	Bielorrússia	27	Libéria	21	Comores
39	Colômbia	33	Bósnia e Herzegovina	27	Mali	21	Guiné-Bissau
39	Guiana	33	Laos	27	Paquistão	21	Zimbábue
39	Tunísia	33	Mongólia	26	Camarões	20	República Democrática do Congo
39	Zâmbia	33	Panamá	26	Iraque	19	Tajiquistão
38	Gâmbia	33	Filipinas	26	Madagascar	17	Afeganistão
38	Índia	33	Serra Leoa	26	México	17	Burundi
38	Maldivas	32	Angola	26	Nigéria	17	Turcomenistão
37	Argentina	32	Equador	26	Uganda	16	Haiti
37	Etiópia	32	Quênia	25	Guatemala	16	Myanmar
37	Indonésia	32	Sri Lanka	25	Quirguistão	15	Coreia do Norte
37	Lesoto	32	Togo	25	Moçambique	15	Sudão
37	Marrocos	32	Uzbequistão	24	República Centro Africana	14	Nicarágua
36	República Dominicana	31	Djibuti	24	Paraguai	13	Guiné Equatorial
35	Sérvia	31	Papua Nova Guiné	23	Bangladesh	13	Eritreia
35	Ucrânia	31	Peru	23	Congo	13	Líbia
34	Argélia	30	Egito	23	Irã	13	Iêmen
34	Brasil	30	El Salvador	22	Azerbaijão	12	Síria
34	Malauí	30	Mauritânia	22	Honduras	10	Venezuela
34	Nepal	28	Bolívia	22	Líbano	9	Somália
34	Níger	28	Guiné	22	Rússia	8	Sudão do Sul
34	Tailândia	27	Essuatíni	21	Camboja		
34	Turquia	27	Gabão	21	Chade		

SUMÁRIO EXECUTIVO

Dois dos maiores desafios que a humanidade enfrenta atualmente estão fortemente entrelaçados: a corrupção e a crise climática. Enquanto bilhões de pessoas no mundo todo sofrem as consequências das mudanças climáticas, os recursos necessários para se adaptar a elas e mitigar seus efeitos ainda são manifestamente inadequados. A corrupção intensifica esses desafios, trazendo novas ameaças a comunidades vulneráveis.

A falta de mecanismos adequados de transparência e accountability aumenta o risco de que verbas destinadas a iniciativas climáticas sejam desviadas ou usadas de forma imprópria. Além disso, a corrupção relativa ao clima pode se dar também pelo exercício de influência indevida, pela alta rotatividade de funcionários entre cargos dos setores público e privado (“portas giratórias”), e pela captura regulatória por atores privados. Esses fatores têm obstruído a adoção de políticas e medidas ambiciosas, necessárias para enfrentar as mudanças climáticas, favorecendo, assim, os interesses de pequenos grupos em detrimento do bem comum. A crise da corrupção é um obstáculo tremendo no caminho para solucionar a crise climática.

Conforme a corrupção cresce e se torna mais complexa, mais de dois terços dos países avaliados agora contam com uma pontuação abaixo do ponto médio do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Transparência Internacional – o que traz implicações graves e potencialmente devastadoras para a ação climática global. A corrupção debilita as estruturas governamentais, subverte o cumprimento das leis, e desvia verbas climáticas cruciais previstas para reduzir emissões de gases do efeito estufa e desenvolver resiliência às mudanças no clima. Nos países em que a corrupção é generalizada, a transparência nas decisões de cunho ambiental muitas vezes fica comprometida, levando a resoluções iníquas e à destruição dos recursos naturais.

**2/3 DOS
PAÍSES
PONTUARAM
ABAIXO DE**

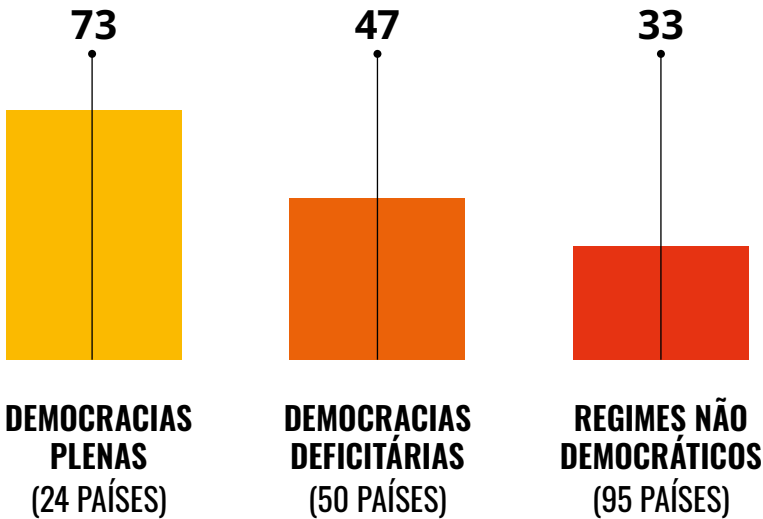
50/100

Até nos países com baixos níveis de percepção da corrupção, a influência do lobby traz novos desafios. Os poderosos interesses corporativos frequentemente definem ou obstruem políticas climáticas, buscando lucros no curto prazo em vez de sustentabilidade ambiental a longo prazo. Isso resulta em regulamentos esvaziados, atrasos no processo de transição para a energia renovável e medidas aquém do necessário para o cumprimento dos compromissos climáticos internacionais.

A corrupção também pode agravar a marginalização de populações vulneráveis que sofrem desproporcionalmente com os efeitos das mudanças climáticas. Garantir a implementação de iniciativas climáticas calcadas na inclusividade e na participação pública é crucial para potencializar os resultados ambientais e sociais das ações climáticas. Na ausência de medidas anticorrupção robustas a nível nacional, a efetividade de tratados climáticos globais como o Acordo de Paris fica ameaçada, comprometendo os esforços para combater a crise climática.

MÉDIAS DE PONTUAÇÃO NO IPC 2024 PARA DIFERENTES TIPOS DE REGIMES DEMOCRÁTICOS*

Democracias fortes apresentam um desempenho vastamente superior ao de democracias deficitárias e regimes autoritários no que toca ao controle da corrupção.



* Baseado nas classificações de democracia usadas pela Economist Intelligence Unit (EIU) relativas ao ano de 2023. O número total de países cobertos aqui é menor do que o número coberto pelo IPC, visto que a EIU não apresenta dados sobre 13 dos países contemplados na nossa amostragem. Dados disponíveis em: <https://ourworldindata.org/grapher/political-regime-eiu>.



A corrupção é uma ameaça global crescente, cujos efeitos vão muito além dos prejuízos ao desenvolvimento – é uma das maiores causas do declínio da democracia, da instabilidade e das violações dos direitos humanos. A comunidade internacional e cada país precisam tornar o combate à corrupção uma prioridade de alto nível e de longo prazo. Isso é crucial para fazer frente ao autoritarismo e garantir um mundo pacífico, livre e sustentável. As tendências alarmantes reveladas no Índice de Percepção da Corrupção deste ano apontam a necessidade de concretizarmos, desde já, medidas para o enfrentamento da corrupção global.

François Valérian
Presidente, Transparência Internacional

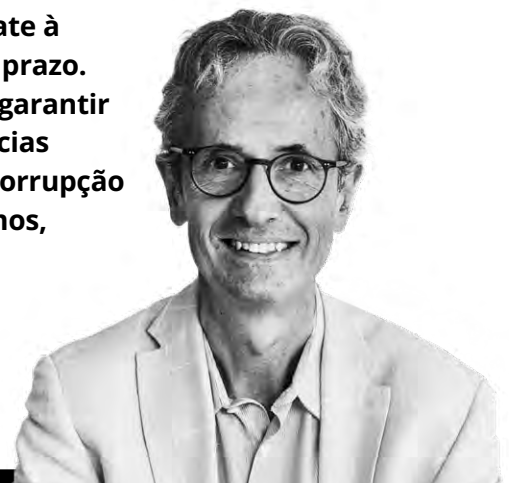


Foto: Denník N – Tomáš Benedikovič

RECOMENDAÇÕES

Para combater a crise climática de forma efetiva, precisamos colocar a corrupção no centro do debate global. Governos, organizações internacionais e empresas precisam priorizar a incorporação de medidas anticorrupção robustas em finanças, políticas e projetos voltados para o clima. A transparência e a *accountability* são essenciais para garantir que os recursos sejam protegidos, as políticas cumpram seus objetivos e os projetos alcancem as comunidades mais necessitadas. Bater de frente com a corrupção servirá para restaurar a confiança da sociedade nas iniciativas climáticas e impulsionar o progresso em direção a um mundo sustentável.



COLOCAR A INTEGRIDADE NO CENTRO DOS ESFORÇOS CLIMÁTICOS. ISSO É CRUCIAL PARA SE ALCANÇAR UM IMPACTO DE VERDADE.

As medidas anticorrupção podem aumentar a capacidade dos países de mitigar e se adaptar à crise climática. Visto que a área voltada para assuntos do clima ainda é incipiente, há uma janela de oportunidade inédita para o estabelecimento de garantias contra desvios, captura de políticas e outros abusos. É essencial que haja uma forte colaboração entre agentes anticorrupção e defensores do clima, com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção fornecendo uma estrutura crítica para apoiar esses esforços.



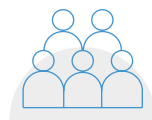
BLINDAR OS PROCESSOS DE DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS CLIMÁTICAS CONTRA A INFLUÊNCIA INDEVIDA NOS NÍVEIS NACIONAL, REGIONAL E INTERNACIONAL. ISSO RESULTARÁ EM AÇÕES CLIMÁTICAS MAIS FORTES.

As políticas climáticas e as alocações de verbas só alcançarão seu potencial máximo quando atingirem os maiores níveis de transparência e inclusividade possíveis. A criação de mecanismos para detectar e gerir conflitos de interesse – inclusive através de cadastros de lobby e declarações de interesses – é essencial para que foros climáticos cruciais, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, possam traçar objetivos mais ambiciosos.



OTIMIZAR INVESTIGAÇÕES, SANÇÕES E PROTEÇÕES PARA COMBATER A CORRUPÇÃO. ISSO VAI COIBIR CRIMES AMBIENTAIS E DIMINUIR A IMPUNIDADE.

O acesso à justiça pode ser expandido com o fortalecimento de órgãos policiais e de controle – o que inclui órgãos anticorrupção. Comunidades locais precisam ter acesso a mecanismos de prestação de queixas, e as pessoas que se manifestam abertamente contra a corrupção – defensores do clima, da terra e do meio ambiente, bem como denunciante – devem ser protegidos de todo tipo de retaliação.



FORTALECER O ENGAJAMENTO DOS CIDADÃOS NOS INVESTIMENTOS CLIMÁTICOS. ISSO VAI PERMITIR QUE AS PESSOAS AFETADAS PELA CRISE CLIMÁTICA AJUDEM A MOLDAR AS SOLUÇÕES APRESENTADAS.

As informações sobre os projetos, finanças e contratos relativos ao clima devem ser abertas, acessíveis e difundidas de forma tempestiva, em linha com os princípios de garantia do consentimento livre, prévio e informado das pessoas afetadas por essas iniciativas. Estruturas inclusivas de *accountability* garantem o engajamento e a supervisão por parte das comunidades em iniciativas como as Parcerias para a Transição Energética Justa firmadas entre países. Tais esforços conseguem adereçar melhor as necessidades dessas comunidades.

DESTAQUES GLOBAIS

A corrupção afeta bilhões de pessoas no mundo todo, destruindo vidas, enfraquecendo os direitos humanos e exacerbando as crises globais. Ela bloqueia as ações concretas nos lugares que mais precisam – paralisando políticas essenciais, ensejando a impunidade e fomentando as desigualdades.

Sustentada por redes internacionais de lavagem de dinheiro, a corrupção em larga escala fortalece autocratas, enriquece atores privados ilicitamente e debilita a democracia por toda a parte. Nenhum país está imune a ela, e o preço de se ignorar a corrupção é algo que não temos mais como pagar. Cada país tem seu próprio papel nos esforços para erradicá-la.

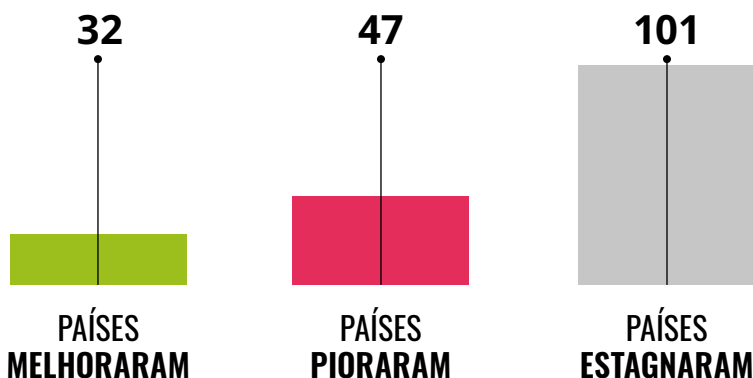
O IPC classifica 180 países e territórios de acordo com os níveis de corrupção percebidos por especialistas e empresários. Ele se baseia em 13 fontes de dados independentes e usa uma escala que vai de zero a 100, na qual zero significa “altamente corrupto” e 100 significa “muito íntegro”.

O IPC destaca os grandes contrastes entre países que contam com instituições fortes e independentes, bem como com eleições livres e justas, e aqueles que possuem regimes autoritários repressores.

As democracias plenas atingiram uma média de 73 pontos no IPC, enquanto que as democracias deficitárias alcançaram uma média de 47 e os regimes não democráticos obtiveram uma média de apenas 33. Isso demonstra que, embora alguns países não democráticos pareçam estar dando conta de manter certas formas de corrupção sob controle, numa visão mais ampla, fica claro que a democracia e as instituições fortes são cruciais para se combater a corrupção de forma total e efetiva.¹

MUDANÇAS NAS PONTUAÇÕES DO IPC, 2012-2024

Número de países que nossas fontes apontam ter melhorado ou piorado durante o período de 2012 a 2024, considerando todos os 180 países cujos dados estavam disponíveis.

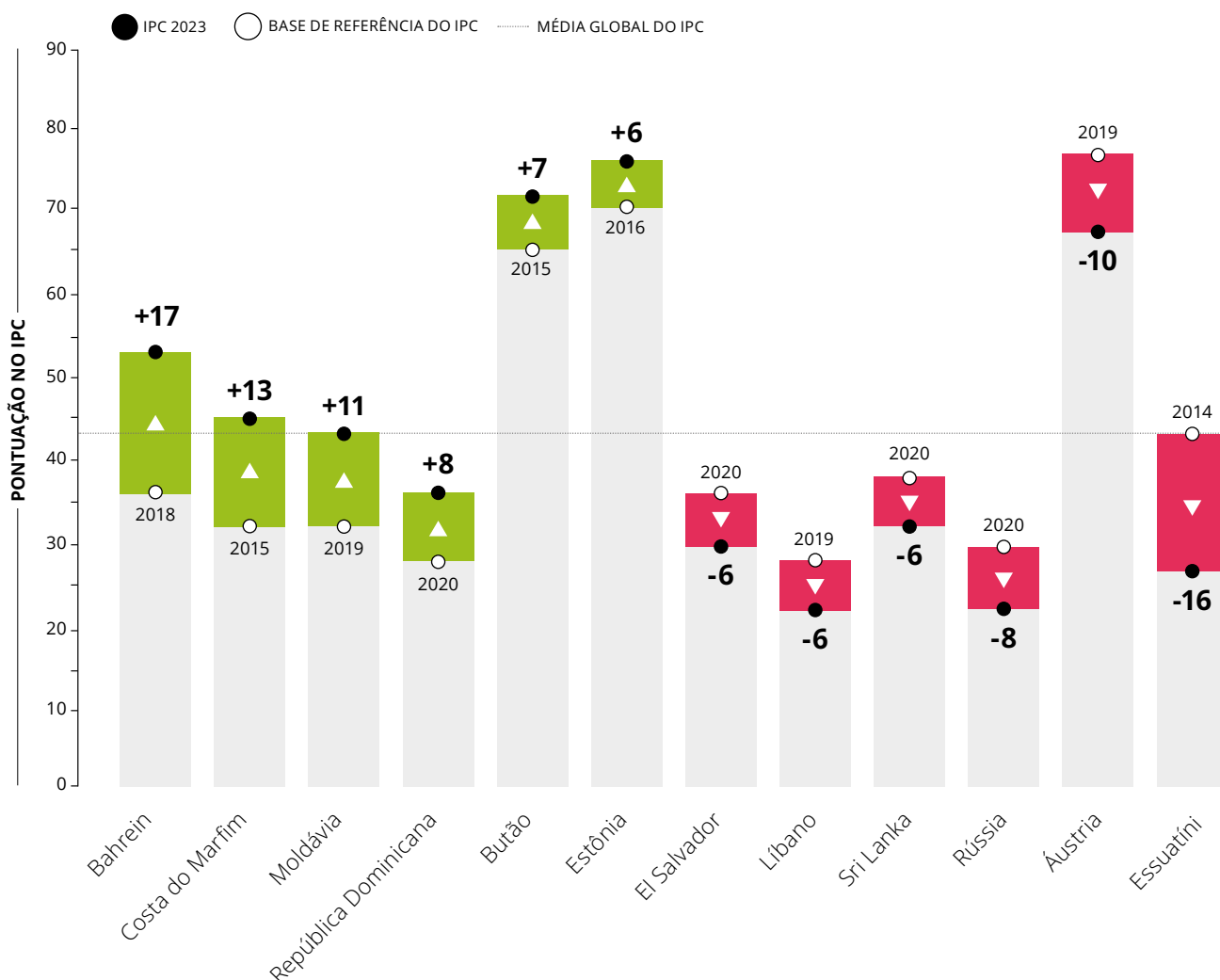


Pelo sétimo ano consecutivo, a Dinamarca lidera o ranking, com 90 pontos. A Finlândia e Cingapura ocupam o segundo e o terceiro lugar, com 88 e 84 pontos, respectivamente. Com 83 pontos, a Nova Zelândia não se encontra entre os três primeiros colocados pela primeira vez desde 2012, mas ainda está entre os 10 melhores, junto com Luxemburgo (81), Noruega (81), Suíça (81), Suécia (80), Holanda (78), Austrália (77), Islândia (77) e Irlanda (77).

Por outro lado, os países que vêm passando por conflitos ou que possuem instituições democráticas precárias e fortes restrições às liberdades ocupam a parte de baixo do índice. Sudão do Sul (8), Somália (9) e Venezuela (10) ocupam as últimas três posições. Síria (12), Guiné Equatorial (13), Eritreia (13), Líbia (13), Iêmen (13), Nicarágua (14), Sudão (15) e Coreia do Norte (15) completam a lista das piores pontuações.

PAÍSES COM AS MAIORES MUDANÇAS

Países que nossas fontes de dados apontam ter apresentado melhora ou piora durante o período de 2015 a 2024. Uma lista completa de todas as mudanças estatisticamente significativas está disponível na base de dados do IPC 2024.²



CORRUPÇÃO E CRISE CLIMÁTICA

A crise climática é um dos desafios mais urgentes da nossa era, impulsionada por uma série de fatores interconectados. Entre eles se inclui um problema crucial, mas que muitas vezes é esquecido: a corrupção, que prejudica as ações climáticas ao desviar recursos, facilitar práticas deletérias e impedir o progresso. O IPC mostra que a corrupção é um problema global que afeta todos os países e obstrui os esforços para se combater propriamente as mudanças climáticas. A corrupção contribui para a crise climática de diversas maneiras.

1. INFLUÊNCIA INDEVIDA EM POLÍTICAS E DECISÕES CLIMÁTICAS

Ao sabotar o desenvolvimento e a aplicação de políticas climáticas e ambientais críticas, a corrupção obstrui os esforços para se implementar regulamentos rigorosos, reduzir as emissões de gases do efeito estufa e promover iniciativas de energia limpa.

Por décadas, lobistas de indústrias poderosas – especialmente empresas de combustíveis fósseis e fabricantes de automóveis – têm influenciado políticos de forma indevida, no intuito de minar os esforços para reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

Essa captura de políticas, somada ao fato de que as pessoas que tomam as decisões que afetam

esse campo possuem conflitos de interesse e vivem alternando cargos entre os setores público e privado, cria um grande obstáculo para uma governança climática concreta no mundo todo.

A influência indevida nas políticas climáticas ocorre tanto em países altamente corruptos quanto nos altamente íntegros. Contudo, é nos países ricos e desenvolvidos que essa interferência mais prejudica o progresso global. Esses países são os maiores responsáveis por liderar os esforços para atingir metas climáticas ambiciosas, reduzir as emissões em escala e desenvolver a resiliência climática no mundo todo. Quando a influência indevida distorce as políticas nesses países, as ações climáticas mais críticas são proteladas, a cooperação internacional perde força e a luta global contra a crise climática sofre entraves.



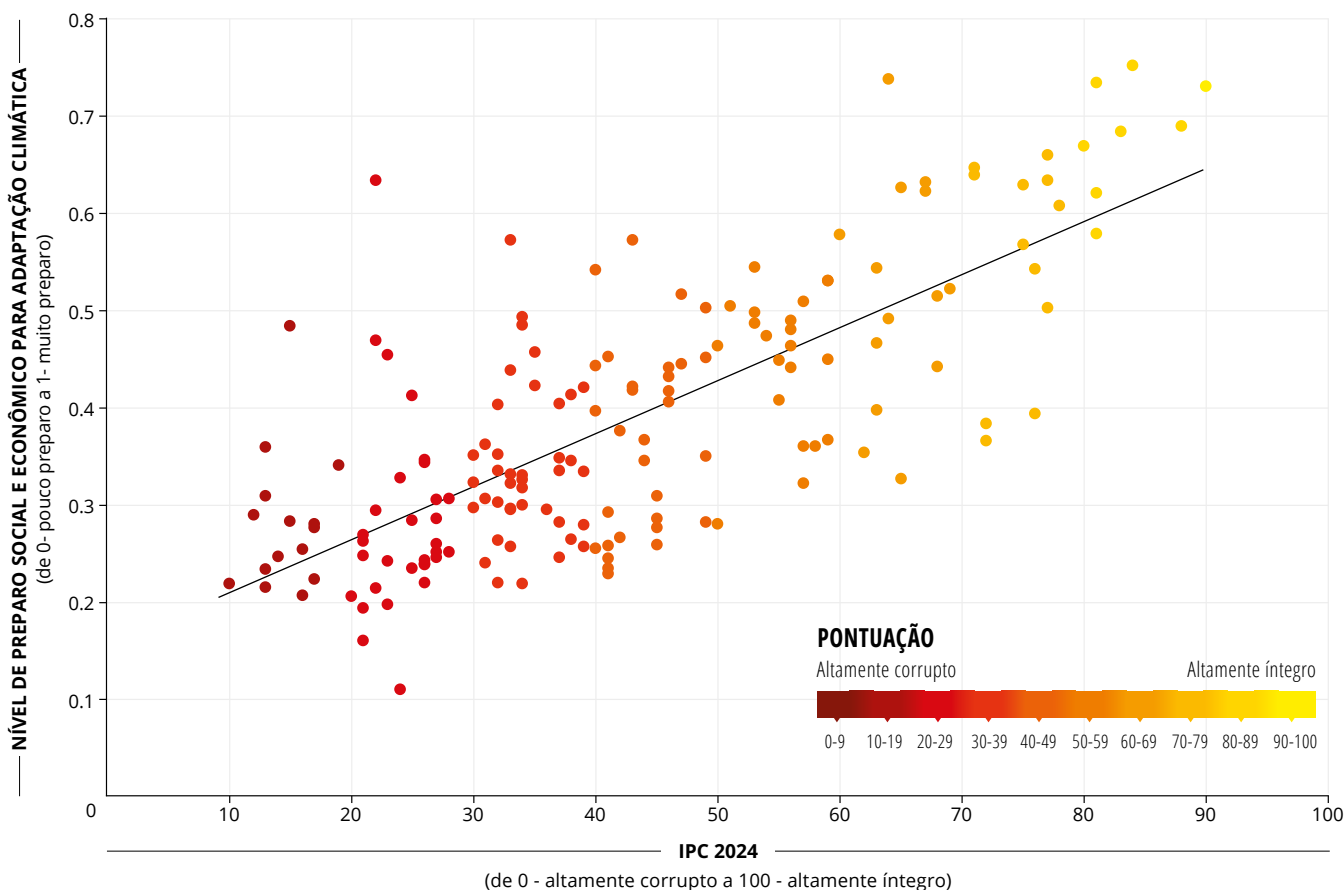
Precisamos urgentemente erradicar a corrupção antes que ela derrube completamente as ações concretas contra as mudanças climáticas. Os governos e as organizações multilaterais precisam integrar medidas anticorrupção aos esforços climáticos para proteger as verbas alocadas, restaurar a confiança do público e maximizar os impactos. Atualmente, as forças corruptas não só definem como também ditam as políticas, e desmancham os sistemas de freios e contrapesos – silenciando jornalistas, ativistas e todos que lutam por igualdade e sustentabilidade. A verdadeira resiliência climática requer o enfrentamento dessas ameaças de forma direta e decisiva. As pessoas vulneráveis do mundo inteiro precisam desesperadamente dessa iniciativa.

Maíra Martini
CEO, Transparency International



FIGURA 1: CORRUPÇÃO E PREPARO PARA SE ADAPTAR ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Países com níveis mais baixos de corrupção geralmente demonstram um maior preparo para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. No entanto, isso não é o suficiente – muitos países ainda não adotaram as medidas mais substanciais necessárias para lidar com a crise, parcialmente por causa da influência indevida que as empresas exercem.



Fonte: Índice de Países da Notre Dame Global Adaptation Initiative (ND-GAIN, 2024) e Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional 2024 (2025).

A ÁFRICA DO SUL (41) vem num viés preocupante, tendo perdido três pontos desde 2019. Em 2025, o país receberá a Cúpula do G20, que trará uma oportunidade vital para reivindicar maiores compromissos com as finanças climáticas junto aos países do G20 que não consideram reembolsos de dívidas, financiamento privado e empréstimos como substitutos para mecanismos diretos de mitigação das mudanças climáticas. A África do Sul precisa fortalecer seus mecanismos de controle para garantir que a corrupção doméstica não interfira com processos internacionais tão importantes, [como já aconteceu em outras cúpulas](#).

NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (65), uma grande empresa de energia [orquestrou um esquema de suborno de US\\$ 60 milhões](#) para influenciar indevidamente uma política pública em seu favor e retardar a transição para energias renováveis. Os promotores de justiça afirmam que a companhia pagava quantias a um político – que alega ser inocente – e seus parceiros para que aprovassem um pacote bilionário de resgate financeiro de duas usinas nucleares. Segundo as alegações, esse esquema ajudou a empresa a competir com fontes mais novas e limpas de energia, ganhando uma vantagem competitiva.

2. DESVIOS E USO IMPRÓPRIO DE VERBAS CLIMÁTICAS

A corrupção coloca em risco as verbas alocadas para a mitigação e a adaptação dos efeitos do aquecimento global. Embora os valores investidos atualmente em medidas de mitigação e adaptação representem apenas uma fração do que a Organização das Nações Unidas (ONU) estima ser necessário para enfrentar esse desafio, a corrupção – favorecida pela falta de transparência – pode diminuir a efetividade dessas verbas ao desviá-las de seu propósito original. Há também uma alarmante carência de métricas e parâmetros relativos à transparência e à accountability climáticas, o que permite que alguns países sejam vagos em relação aos compromissos que firmaram. Tal quadro cria oportunidades para a proliferação da corrupção, visto que há pouca informação disponível sobre quais verbas de fato foram despendidas e quais projetos foram executados.

Muitas vezes, os países que mais precisam dessas verbas são os que mais têm dificuldades de controlar a corrupção. Ao tornarem a inclusão de provisões anticorrupção e de transparência nas estruturas usadas para gerir essas verbas uma prática comum, os stakeholders podem ajudar a maximizar o impacto que elas terão.

Mais especificamente, proteger as iniciativas de mitigação e adaptação climáticas contra a corrupção

pode torná-las mais efetivas e benéficas para os grupos mais vulneráveis. Pessoas marginalizadas normalmente têm menos opções no processo de adaptação a climas extremos e à poluição, o que as deixa com maior necessidade de ajuda do governo. Contudo, visto que a corrupção desvia **esses recursos tão cruciais para contas privadas, esses grupos muitas vezes continuam particularmente expostos aos efeitos das mudanças climáticas** causados por inadequação da infraestrutura local, pouco preparo contra desastres naturais e outras formas de abandono.

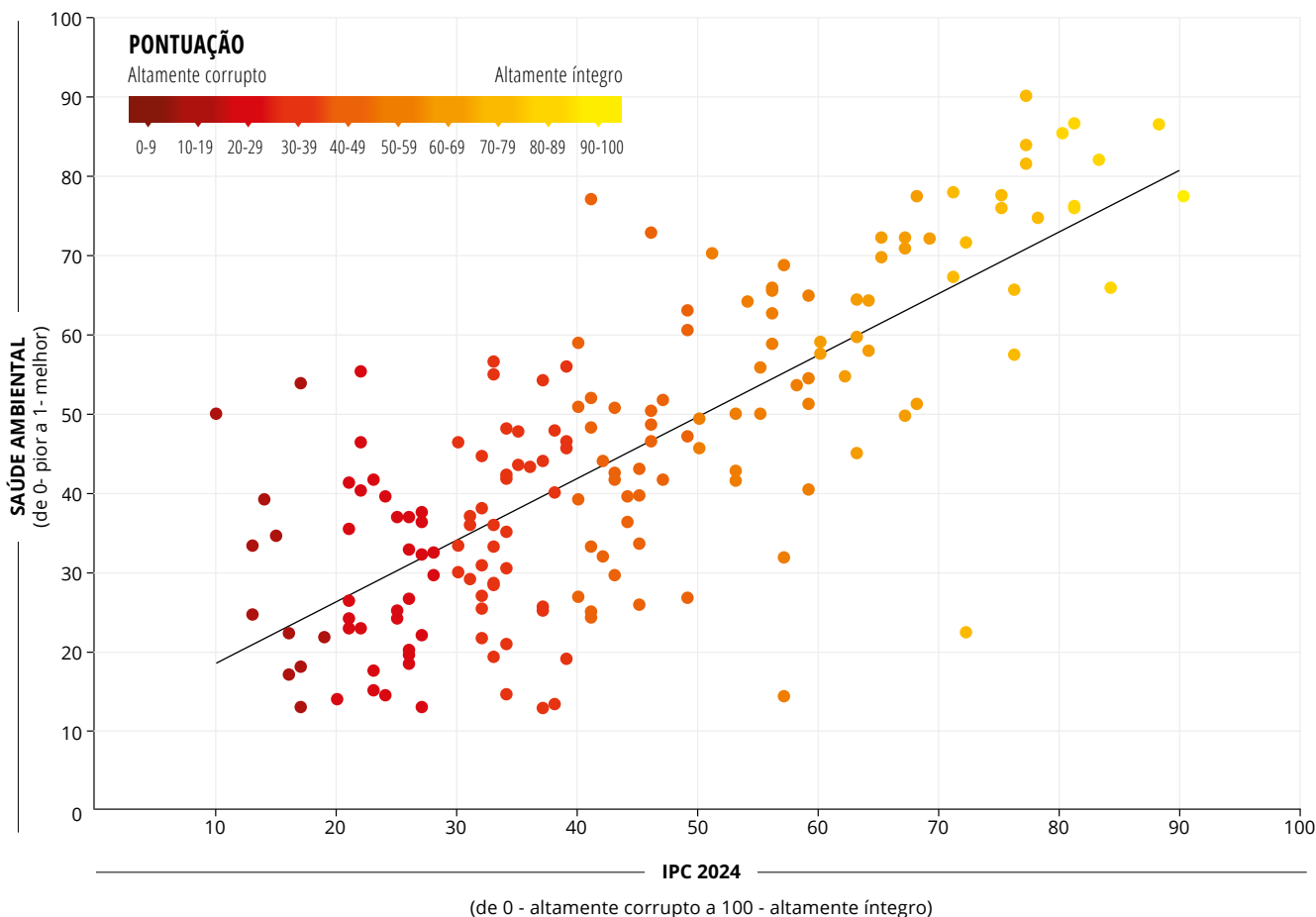
3. PROTEÇÃO AMBIENTAL PRECÁRIA

A corrupção é profundamente prejudicial à aplicação de leis e políticas ambientais, visto que ela enfraquece a fiscalização. Propinas e subornos podem levar funcionários públicos, forças policiais, agentes aduaneiros, autoridades portuárias, órgãos licenciadores e entidades reguladoras a fazer vista grossa para violações ambientais ou até se beneficiar ativamente delas.⁶

O combate à corrupção é, portanto, essencial para que se faça valer as regulações ambientais vigentes, prevenindo práticas danosas e a exploração insustentável de recursos. Ele também é crucial na luta contra os crimes ambientais, que atualmente é a quarta maior modalidade de crime organizado, proporcionando a redes criminosas lucros anuais estimados entre US\$ 82 bilhões e US\$ 238 bilhões.⁷

FIGURA 2: CORRUPÇÃO E SAÚDE AMBIENTAL

Apesar de a proteção ambiental ser um fenômeno multifacetado com diversos fatores determinantes, vale frisar que os países com maior controle da corrupção tendem a preservar melhor o meio ambiente em seu território.



Fonte: Índice de Desempenho Ambiental (2024) e Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional 2024 (2025).

NA RÚSSIA (22), uma auditoria encontrou fortes indícios de que **milhões de dólares foram desviados de um projeto** financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente e gerido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), cujo objetivo era reduzir as emissões de gases do efeito estufa através do fortalecimento de padrões de eficiência energética. Segundo a auditoria, o projeto – realizado entre 2010 e 2017 – não alcançou nenhuma de suas metas de redução de emissões.

A DINAMARCA (90), que detém a maior pontuação no IPC, também é considerada um dos países mais bem preparados para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. Em reconhecimento à importância de se enfrentar os riscos climáticos, o país adotou sua primeira estratégia nacional de adaptação climática em 2008. Em sequência, foi elaborado um plano de ação nacional em 2012, que destacou o papel crucial que atores locais – incluindo municípios, empresas e indivíduos – desempenham nos esforços de adaptação. Atualmente, 95 dos 98 municípios da Dinamarca possuem planos de ação climática alinhados com o Acordo de Paris. No entanto, a definição das políticas climáticas está sujeita aos mesmos desafios estruturais que outras matérias políticas importantes, incluindo os riscos de influência por lobby e a falta de transparência no processo decisório.

4. AMEAÇAS A ATIVISTAS

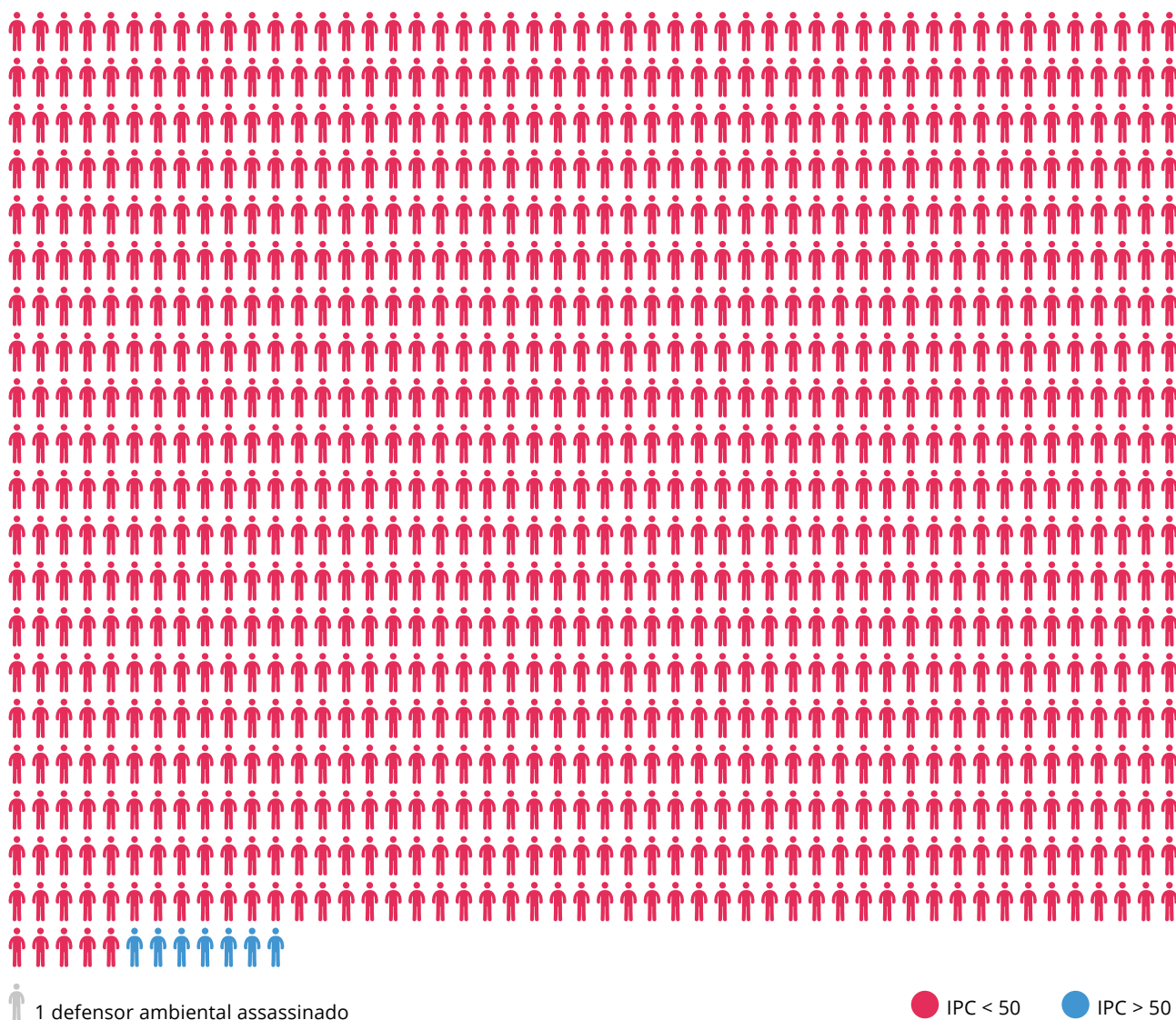
A corrupção torna mais difícil que as pessoas se manifestem contra as mudanças climáticas. Defensores da terra e do meio ambiente – que muitas vezes estão à frente da luta contra a crise climática – ficam particularmente expostos à violência, à intimidação e até a assassinatos em países com altos níveis de corrupção.

Nos últimos cinco anos, mais de 1.000 defensores ambientais foram mortos, quase todos os casos tendo ocorrido em países com pontuações abaixo de 50 no IPC.

Em suma, não será possível resolver a crise climática a não ser que redobremos nossos esforços na luta contra a corrupção – e o aumento da frequência e da severidade da degradação ambiental, dos desastres naturais e da instabilidade causada pelo clima mostram que precisamos agir agora.

FIGURA 3: CORRUPÇÃO E ASSASSINATO DE DEFENSORES AMBIENTAIS

Defensores ambientais correm riscos muitos maiores de sofrer violência, intimidação e assassinato em países com altos níveis de corrupção. Quase todos os 1.013 assassinatos de defensores ambientais cometidos desde 2019 ocorreram em países com pontuações abaixo de 50 no IPC.



Fonte: Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional 2024 (2025) e Relatório Anual sobre Defensores da Global Witness 2023/2024 (2024).

Este gráfico considera apenas os 180 países e territórios incluídos na amostragem do Índice de Percepção da Corrupção.



A análise deste ano mostrou novamente como a corrupção ligada aos combustíveis fósseis mina os esforços climáticos, inclusive nos EUA. Comunidades do mundo todo estão exigindo iniciativas climáticas de seus governos. Mas a voz do povo é constantemente anulada pelo poder corruptivo das empresas de petróleo e gás, que lucram com a devastação ambiental e usam seus bilhões para tentar silenciar críticos e ativistas, comprar o poder, e desmontar as proteções que guardam nossas famílias e nosso planeta. As organizações do Greenpeace e nossos aliados vêm enfrentando esse tipo de ameaça, com a gigante dos gasodutos Energy Transfer tentando eliminar nossa atuação nos EUA através de um processo judicial enorme e sem cabimento. O enfrentamento dessas intimidações corporativas depende de todos nós que nos importamos com o futuro, custe o que custar.

Mads Christensen

Diretor-Executivo do Greenpeace Internacional

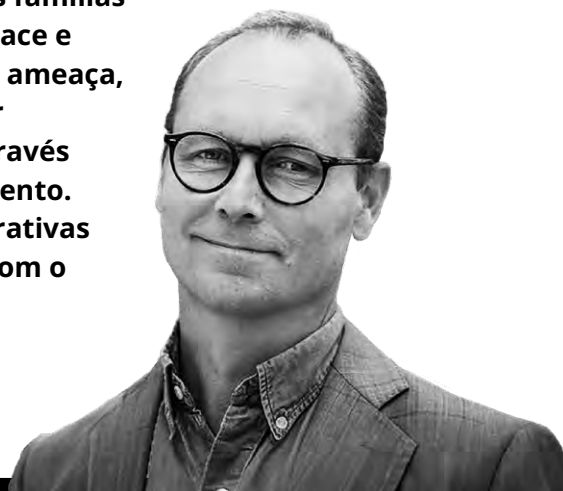


Foto: Tim Aubry / Greenpeace

A LÍBIA (13) é extremamente vulnerável às mudanças climáticas, incluindo calor extremo, chuvas escassas, aumento do nível do mar e períodos prolongados de seca. Esses desafios são agravados pela corrupção generalizada e a ausência de uma estratégia coesa de adaptação climática, quadro que só aprofunda a instabilidade do país. Em 2023, a tempestade Daniel causou inundações catastróficas, matando mais de 11.000 pessoas, segundo as autoridades líbias. O desastre, que destruiu bairros inteiros, foi parcialmente atribuído à parca manutenção da infraestrutura local, incluindo [duas represas que romperam por causa da corrupção](#) e do descaso.

O VIETNÃ (40) ilustra como que a corrupção sistêmica, que se estende entre agentes públicos dos níveis mais baixos até os mais altos, leva à destruição ambiental e à degradação florestal. [Propinas e subornos pagos a funcionários do alto escalão vietnamita](#), bem como a agentes aduaneiros e de patrulha da fronteira, facilitaram o contrabando de madeira coletada ilegalmente no Camboja para dentro do Vietnã, além da lavagem da mercadoria, para que ela pudesse entrar no mercado lícito.

ANÁLISES REGIONAIS

A corrupção e os esforços para combatê-la tomam várias formas e seguem diferentes tendências mundo afora. Das Américas ao Oriente Médio e o Pacífico, cada região tem seus próprios motivos de preocupação – e também de otimismo –, com os países seguindo diversas trajetórias na luta pela integridade. Nossas análises regionais trazem um panorama sobre pontos-chave e focos de corrupção em cada região, sinalizando as principais informações a se saber para impedir a corrupção nesses locais.



AMÉRICAS

Corrupção fomenta crimes ambientais e impunidade na região

A ausência de medidas anticorrupção efetivas promove violações de direitos humanos e aumenta a influência das elites e do crime organizado na definição de políticas.



ÁSIA-PACÍFICO

Líderes não conseguem impedir a corrupção em meio à crise climática

Na região mais suscetível a desastres naturais, os governos da região Ásia-Pacífico ainda não estão cumprindo suas promessas anticorrupção.



LESTE EUROPEU & ÁSIA CENTRAL

Ciclo vicioso entre democracia fraca e corrupção crescente

A debilidade das instituições democráticas e do Estado de Direito é agravada pelo atual cenário de instabilidade e pressões externas.



ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Corrupção tem conexão com autoritarismo, mas surgem demandas por reformas

Boa parte da estagnação na região vem do controle quase absoluto exercido pelos líderes políticos, que se beneficiam dos recursos que desviam para si, reprimindo qualquer dissidência para se manterem no poder.



ÁFRICA SUBSAARIANA

Medidas anticorrupção fracas minam ações climáticas

Apesar do desempenho regional bem fraco em 2024, houve países africanos que investiram nos esforços anticorrupção e tiveram um progresso notório.



EUROPA OCIDENTAL & UNIÃO EUROPEIA

Esforços esvaziados por parte de líderes levam à piora na corrupção

Em tempos de fragilidade, os esforços anticorrupção vêm se mostrando insuficientes. Tal quadro atrapalha a resposta da região à crise climática e a outros desafios, como o esgarçamento do Estado de Direito e o sobrecarregamento dos serviços públicos.

METODOLOGIA

O *Índice de Percepção da Corrupção (IPC)* agrega dados de diversas fontes que fornecem as percepções do setor privado e de especialistas acerca do nível de corrupção no setor público.

A Transparência Internacional segue os seguintes passos para calcular o IPC:

1. SELECIONAR AS FONTES DOS DADOS

Cada fonte de dados usada para construir o IPC precisa obedecer aos seguintes critérios para ser considerada válida:

- quantificar riscos ou percepções da corrupção no setor público
- basear-se em uma metodologia confiável e válida
- vir de uma organização com boa reputação
- permitir variação suficiente de pontuação para poder haver distinção entre os países
- ranquear um número substancial de países de mais de uma região
- considerar apenas avaliações de especialistas ou do setor privado
- ser atualizada regularmente.

O IPC é calculado usando 13 fontes de dados diferentes, oriundas de 12 instituições distintas, que capturaram as percepções da corrupção ao longo dos dois anos anteriores à sua publicação.

2. PADRONIZAR AS FONTES DE DADOS NUMA ESCALA DE 0 A 100

Essa padronização se dá ao se subtrair a média aritmética de cada fonte, relativa ao ano-base, da pontuação de cada país, e então dividir pelo desvio-padrão da fonte em questão relativo ao ano-base. Esse processo de subtração e divisão usando os parâmetros do ano-base garante que as pontuações do IPC sejam comparáveis ano a ano desde 2012. Após esse procedimento, as pontuações padronizadas são multiplicadas pelo valor do desvio-padrão do IPC em 2012 (20) e são adicionadas à média aritmética do IPC em 2012 (45), de modo que o conjunto de dados se adeque à escala de 0 a 100 do IPC.

3. CALCULAR A MÉDIA

Para ser incluído no IPC, um país ou território precisa ter sido avaliado por pelo menos três fontes. Com isso, sua pontuação no IPC é calculada como sendo a média de todas as pontuações padronizadas que existirem para aquele país ou território. As pontuações são arredondadas para números inteiros.

4. DIVULGAR A MEDIDA DA INCERTEZA

Cada pontuação no IPC é acompanhada de erro padrão e intervalo de confiança, que capturam a variação verificada através de todas as fontes de dados disponíveis para um país ou território.

NOTAS FINAIS

1. Pring, C. J. Vrushni e R. Martinez Barranco Kukutschka (2018). "Digging Deeper into Corruption, Violence against Journalists and Active Civil Society" <https://www.transparency.org/en/news/digging-deeper-into-corruption-violence-against-journalists>.
2. A base de dados do IPC 2024 pode ser encontrada através deste link: <https://www.transparency.org/en/cpi/2024>.
3. Ilaria Schmoland, et al., "Pipelines of Power. Big Oil's Lobbying Footprint on EU Climate Policy" (Transparência Internacional UE, 2024).
4. Barbara Buchner et al., "Global Landscape of Climate Finance 2023", Climate Policy Initiative, novembro de 2023.
5. UNCTAD, "The Costs of Achieving the SDGs: Climate Change", acessado em 28 de junho de 2024, <https://unctad.org/sdg-costing/climate-change>.
6. Tanya Wyatt, Daan Van Uhm e Angus Nurse, "Differentiating Criminal Networks in the Illegal Wildlife Trade: Organized, Corporate and Disorganized Crime", Trends in Organized Crime 23, nº 4 (Dezembro de 2020): 350–66, <https://doi.org/10.1007/s12117-020-09385-9>.
7. Comissão Europeia, "Environmental Crime Directive", acessado em 28 de junho de 2024, https://environment.ec.europa.eu/law-and-governance/environmental-compliance-assurance/environmental-crime-directive_en.

PARTICIPE

Siga nossas páginas nas redes sociais, compartilhe suas opiniões e converse sobre a corrupção com pessoas do mundo todo.

facebook.com/transparenciainternacionalbrasil

x.com/anticorruption

linkedin.com/company/transparency-international/

instagram.com/transparenciainternacionalbr

youtube.com/user/TransparencyIntl/

DESCUBRA

Acesse nosso website para aprender mais sobre o trabalho que fazemos em mais de 100 países e inscreva-se para receber as últimas notícias sobre a luta contra a corrupção.

transparenciainternacional.org.br

APOIE

Sua doação nos ajudará a apoiar milhares de vítimas da corrupção, desenvolver novas ferramentas e pesquisas, e cobrar de governos e empresas as promessas que fizeram. Queremos construir um mundo mais honesto e mais justo. Com a sua ajuda, nós podemos

transparenciainternacional.org.br/faca-parte

Transparência Internacional – Brasil
Associação Transparência e Integridade
Av. Brigadeiro Luís Antonio, 2367 – Sala 514
São Paulo, SP
brasil@br.transparency.org
www.transparenciainternacional.org.br